

Construindo a demografia dos povos indígenas

Carlos Eugenio de Carvalho Ferreira*

PAGLIARO, H., AZEVEDO, M.M. e SANTOS, R.V. (Orgs.). *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, 2005. 192 páginas.

O lançamento deste livro, por ocasião do II Seminário de Demografia e Saúde dos Povos Indígenas, representa excelente oportunidade para uma reflexão sobre o conhecimento demográfico das sociedades indígenas em nosso país. Esta edição teve sua origem no âmbito das atividades do Comitê de Demografia dos Povos Indígenas da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), criado em março de 2002. As primeiras articulações do Comitê resultaram na apresentação de duas sessões temáticas e uma mesa-redonda, realizadas no XIII Encontro da Abep, em Ouro Preto. No ano seguinte (2003), o Comitê organizou o primeiro seminário sobre Demografia dos Povos Indígenas no Brasil, que contou com a participação de pesquisadores de distintas áreas, destacando-se a do professor John Early, da Florida Atlantic University, autor de relevantes estudos sobre os yanomami.

O estudo das minorias étnicas sempre foi uma preocupação da Abep e esse tema já estava presente no programa científico de encontros nacionais, na década de 80. O III Encontro, realizado em Vitória em 1982, contemplou a sessão “Demografia dos Grupos Étnicos Minoritários”, em que foram discutidos quatro trabalhos que abordavam a problemática da dinâmica populacional indígena. O IV Encontro Nacional, ocorrido

em Águas de São Pedro em 1984, dedicou uma sessão ao tema “Etnia e População”, quando também foram apresentados estudos sobre a demografia das sociedades indígenas. O debate promovido pela Abep estimulou a continuidade dos trabalhos de pesquisa e a acumulação de conhecimento sobre o tema.

A atual publicação está estruturada em nove capítulos, que correspondem a nove textos analíticos elaborados por pesquisadores de distintas áreas do conhecimento, proporcionando um amplo panorama da situação demográfica indígena. Foram analisadas diversas questões relativas à dinâmica demográfica e seu relacionamento com as características culturais dos diferentes povos indígenas, destacando-se a problemática da crise demográfica e a recuperação observada posteriormente na maioria dos povos indígenas.

Inicialmente, Heloisa Pagliaro, Marta Azevedo e Ricardo Ventura apresentam um panorama crítico sobre o tema central da publicação, apontando fatores que dificultam os estudos na área da demografia dos povos indígenas. Em seguida, fazem uma revisão da literatura, identificando os principais estudos já realizados sobre o tema, o que facilita a leitura e a compreensão dos demais capítulos, sobretudo para os leitores não iniciados nas questões indígenas.

Entre as constatações apontadas, cabe destacar a precariedade das fontes de dados demográficos sobre as sociedades indígenas, o que constitui uma séria dificuldade para análise demográfica. Uma das maneiras para superar esse obstáculo é a realização de pesquisas em profundidade, por meio de entrevistas com as pessoas, no sentido de recuperar informações demográficas. Essa alternativa também enfrenta dificuldades de várias naturezas, tais como os problemas operacionais, relacionados às distâncias geográficas e ao tempo exigido pelas pesquisas, e os de comunicação com os indivíduos entrevistados, diante da

* Chefe da Divisão de Projeções Demográficas da Fundação SEADE.

grande diversidade cultural e dos diferentes sistemas numéricos e formas de classificação das idades das pessoas. Além disso, algumas culturas apresentam restrições às indagações sobre os mortos e temas associados. A essas dificuldades acrescenta-se, ainda, a questão das estimativas e elaboração de indicadores demográficos para pequenas populações.

Em síntese, além dos obstáculos metodológicos que os demógrafos estão acostumados a enfrentar em nossa cultura, existem outros associados à diversidade cultural dos povos pesquisados. Para superá-los, são requeridas, no mínimo, muita criatividade e uma efetiva cooperação interdisciplinar.

O estudo de Marta Maria Azevedo aborda a questão da nupcialidade entre os povos indígenas do Alto Rio Negro, região que faz fronteira com a Colômbia e a Venezuela. Nesse trabalho são analisados os tipos de casamentos captados pelo Censo Indígena Autônomo do Rio Negro, promovido, em 1992, pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. A autora tem o cuidado de repassar os principais estudos antropológicos já realizados sobre o casamento rio-negrino, suas regras e fatores condicionantes. As relações postuladas entre exogamia lingüística e proximidade geográfica foram analisadas por intermédio da classificação da comunidade do residência e do nascimento dos cônjuges, segundo as sub-regiões e trechos do Rio.

O terceiro capítulo apresenta o estudo de caso sobre os xavante localizados em Pimentel Barbosa, no Mato Grosso, realizado por Ricardo Ventura Santos, Nancy Flowers e Carlos E.A. Coimbra Jr. Os autores desenvolveram a análise dentro de duas perspectivas. Na primeira, é abordado o aumento da mortalidade devido às epidemias de doenças infecciosas e à violência, que, juntamente com a queda da fecundidade, colocaram em risco, durante a década de 60, a sobrevivência biológica do grupo indígena. Na segunda, procura-se mostrar como as estruturas das sociedades indígenas são afetadas pelas epidemias e, mais especificamente, como

a organização social xavante interferiu no processo evolutivo da crise e na posterior recuperação demográfica. Algumas evidências indicam que, além dos fatores externos, a crise demográfica foi influenciada também pelas características da organização social desse grupo indígena.

Heloísa Pagliaro abordou, no quarto capítulo, o tema da recuperação demográfica dos povos indígenas, a partir da experiência dos kaiabi, do Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso. A autora analisa a dinâmica demográfica desses indígenas no período de 1970 a 1999, evidenciando a influência positiva da transferência desse povo para o Parque do Xingu. Durante o período estudado, os kaiabi apresentaram um crescimento populacional médio da ordem de 4,5% ao ano, favorecido por fatores relacionados à menor exposição às epidemias e à assistência médica constante, além do desejo e da tomada de decisão coletiva de crescer demograficamente. Os dados utilizados para a análise são originários do sistema de registro de eventos vitais e de mobilidade espacial, desenvolvido pela Unifesp/EPM desde 1966, constituindo-se, atualmente, em rico acervo de informações para análise demográfica.

A questão metodológica relacionada à realização de estimativas demográficas para pequenas populações é o tema abordado por Paulo Campanário, que apresenta um modelo para estimar a mortalidade e a fecundidade das populações indígenas. O modelo proposto considera a população por idade e sexo e incorpora os três componentes demográficos – fecundidade, mortalidade e migração –, podendo ser considerado uma variante do tradicional método dos componentes demográficos. Campanário utiliza os dados analisados por Heloísa Pagliaro, sobre a população kaiabi, como exemplo para aplicação da metodologia preconizada. Os resultados obtidos levaram o autor a concluir sobre a viabilidade de utilização do modelo em outras populações indígenas.

O artigo *Análise da fecundidade kamaiurá*, escrito na década de 70 por Cândido Procópio F. de Camargo e Carmen Junqueira e, que não chegou a ser publica-

do na íntegra, foi reproduzido em sua forma original, na primeira parte do capítulo 6.

Ao analisar os dados coletados na aldeia Kamaiurá, mediante entrevistas realizadas nos anos 70, os autores constataram um padrão de fecundidade muito inferior às possibilidades biológicas de reprodução desse grupo indígena. As evidências indicavam “a existência de valores precisos quanto ao número ideal de filhos e a disposição – com os recursos técnicos disponíveis – de limitar a prole ao número desejado”. Segundo foi constatado, os kamaiurá diziam conhecer ervas capazes de evitar a concepção e as mulheres praticavam efetivamente o abortamento, por processos mecânicos ou através do uso de ervas. Os autores salientaram em suas conclusões que:

O aspecto particularmente significativo da dinâmica populacional Kamaiurá é concernente ao nível de plena racionalidade com que se entende o processo reprodutivo. Esta racionalidade, que a teoria da transição demográfica supõe emergir após um processo histórico determinado, encontra-se realizada sem outras interferências culturais na tradição Kamaiurá.

A análise das motivações acerca do tamanho da família e dos motivos que justificariam sua ampliação ou diminuição deixa transparecer um estilo de controle racional que nos surpreende por sua ‘modernidade’.

A releitura desses achados remete novamente à teoria da transição demográfica e à inconsistência de seus pressupostos, analisadas em muitos artigos críticos, assim como à constatação da continuidade de seu uso indiscriminado.

Na segunda parte do capítulo, Carmen Junqueira e Heloísa Pagliaro revisitam, cerca de 30 anos depois, os kamaiurá e oferecem um retrato das características demográficas e culturais dessa sociedade, mostrando as mudanças culturais e de comportamento reprodutivo desse povo. As autoras constataram um vigoroso crescimento populacional em relação ao início da década de 70, com uma taxa média de cerca de 3% ao ano. Esse comportamento foi relacionado com o desejo dos kamaiurá de expandir sua população e ampliar seu destaque no cenário político do Alto Xingu.

Pery Teixeira e Marília Brasil realizaram um estudo demográfico sobre os sateré-mawé, a partir do Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé, realizado em 2002-2003. O diagnóstico baseou-se na participação das comunidades locais, tendo sido uma experiência inovadora no que diz respeito à ampla articulação institucional e à participação da população-alvo. A iniciativa teve caráter participativo, com as lideranças sateré-mawé desempenhando papel importante desde a elaboração do questionário até a operacionalização do levantamento dos dados, que contou com entrevistadores estudantes sateré-mawé, dos ensinos fundamental e médio. A disseminação das informações entre os indígenas será facilitada com uma versão do relatório técnico na língua sateré-mawé. Também as escolas indígenas são consideradas um local privilegiado de divulgação das informações entre os estudantes.

Verifica-se, assim, que a demografia vem estabelecendo uma nova relação de co-autoria com os indígenas, superando a tradicional relação entre pesquisador e informante. Esses novos caminhos da pesquisa demográfica participativa poderão trazer outras perspectivas de superação das dificuldades e limitações presentes nas fontes tradicionais.

Nilza de Oliveira M. Pereira, Ricardo Ventura Santos e Marta Maria Azevedo apresentam, no oitavo capítulo, um perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se declararam “indígenas” nos censos demográficos de 1991 e 2000. Os dados censitários indicam um crescimento expressivo do número de pessoas que se autodeclararam “indígenas”, passando de 294 mil, em 1991, para 734 mil em 2000. Os autores reconhecem, entretanto, a existência de dificuldades na interpretação dessas cifras em decorrência das limitações do quesito sobre raça/cor e acenam com duas possibilidades a serem implementadas no futuro: o refinamento do quesito raça/cor nos censos demográficos; e a realização de um censo populacional, em escala nacional, voltado para os povos indígenas.

De fato, o Censo Demográfico de 1991 contemplou somente indígenas moradores de missões religiosas, postos da Funai e áreas urbanas, ignorando as demais situações. O Censo 2000 conseguiu uma cobertura mais ampla, ao incorporar todas as terras indígenas do país. Assim, variações de cobertura nessas operações censitárias explicariam parte das diferenças nos contingentes populacionais captados pelos referidos censos. É interessante ressaltar que a Fundação Nacional do Índio (Funai), segundo nota dos autores do primeiro capítulo, estima que vivem no Brasil cerca de 345 mil índios distribuídos em 215 sociedades indígenas. Considera, também, que há entre 100 mil e 190 mil índios vivendo fora de terras indígenas, inclusive em áreas urbanas. Diante desses números, o dimensionamento da população total de indígenas brasileiros precisa ser mais bem compreendido, sendo que, nesse domínio, ainda permanecemos na fase das conjecturas demográficas.

Por último, o capítulo nove apresenta uma entrevista com o professor John Early, que esteve presente no seminário "Demografia dos Povos Indígenas no Brasil", promovido pela Abep e realizado em São Paulo, em 2003. Na verdade, o texto apresentado pelo professor Early nesse seminário foi convertido, posteriormente, no formato de entrevista. John Early é autor, juntamente com John Peters, de dois livros sobre os yanomami: *The population of the mucajai yanomama* (Academic Press, 1990); e *The xilixana yanomami of the Amazon* (University Press of Florida, 2000).

Respondendo à pergunta sobre as origens da idéia de estudar os yanomami, o professor Early explicou que começou a

trabalhar com John Peters em 1983, por meio de troca de cartas. Peters era missionário e, em 1957, estabeleceu o primeiro contato permanente com os yanomami. No ano seguinte, ajudou a estabelecer um posto missionário no local e viveu durante nove anos entre esses indígenas. O conjunto de informações coletadas por Peters possibilitou a elaboração de um banco de dados demográficos e etnográficos. Na visão do professor Early, a cooperação interdisciplinar é fundamental para o conhecimento da dinâmica social indígena.

A entrevista é muito rica em detalhes sobre a dinâmica demográfica dos yanomami e, em especial, sobre o comportamento reprodutivo e a ocorrência de infanticídio.

Ao final da entrevista, questionado sobre o futuro dessa sociedade, Early responde:

Quanto ao futuro dos Yanomami, particularmente do grupo que denominamos Mucajai (apesar de algumas aldeias não estarem mais situadas nesse rio), penso que é preciso fazer uma distinção. Tomando os indicativos de crescimento populacional, acredito que eles irão sobreviver. No entanto, avalio que a questão mais importante é saber sob que condições eles irão sobreviver. Serão capazes de manter suas terras e seus direitos, ou os interesses de empresas mineradoras internacionais irão conseguir usurpar suas áreas, condenando os Yanomami a uma situação de campesinato empobrecido e péssimas condições de saúde? Os direitos humanos dos Yanomami serão respeitados?

Considerando as lições do passado, eu diria que o prognóstico é sombrio. Se os Yanomami perderem suas terras, sua base econômica e sua autonomia estarão fadados a perder também uma parte significativa de sua cultura.

Recebido para publicação em 06/10/2005.

Aceito para publicação em 14/10/2005.